

PLATAFORMAS DIGITAIS, AUTONOMIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A CRISE

A negatividade imanente da forma social da comunicação no capitalismo financeiro

Manoel Dourado Bastos
Universidade Estadual de Londrina, Brasil
manoel.bastos@gmail.com

Guilherme Bernardi
Universidade Estadual de Londrina, Brasil
guilherme.bernardi1995@gmail.com.

Recibido: 15 de Julio de 2022

Aceptado: 05 de Octubre de 2022

Identificador permanente (ARK): <http://id.caicyt.gov.ar/ark:/s18535925/mzxhdpcna>

Resumo

O presente artigo é uma contribuição às perspectivas que avaliam a passagem da Indústria Cultural para a rede mundial de computadores a partir da Economia Política da Comunicação, ao propor a observação da crise já no plano mais abstrato de análise, para em seguida desenvolver interpretações das plataformas digitais. Num primeiro momento, expõe-se o conceito marxiano de crise, conforme a elaboração de Jorge Grespan (2012), apontando também para os pontos em que ele aparece em Bolaño (2015, 2000). Na sequência, incorpora-se a definição de crise no primeiro plano de abstração da comunicação como forma social, apoiando-nos na derivação da comunicação produzida por Bolaño (2000) e encontrando em diferentes momentos sua “negatividade imanente”. Na terceira parte, aborda-se, a partir da crítica do capitalismo financeiro (Paulani, 2009), a passagem da Indústria Cultural para a rede mundial de computadores, focando as três categorias das plataformas digitais (Srnicek, 2017, 2019) e avaliando nelas a necessidade relativa da autonomização da informação.

Palavras-chave: plataformas digitais; forma social da comunicação; crise; autonomização da informação; economia política da Comunicação.

PLATAFORMAS DIGITALES, AUTONOMIZACIÓN DE LA INFORMACIÓN Y LA CRISIS

La negatividad immanente de la forma social de comunicación en el capitalismo financiero

Resumen

El presente artículo es un aporte a las perspectivas que evalúan el paso de la Industria Cultural a la world wide web desde la Economía Política de la Comunicación, al proponer la observación de la crisis ya en el plano más abstracto de análisis, para luego desarrollar interpretaciones de las plataformas digitales. En un primer momento se expone el concepto marxista de crisis, según la elaboración de Jorge Grespan (2012), señalando también los puntos en los que aparece en Bolaño (2015, 2000). Posteriormente, la definición de crisis se incorpora al primer plano de la abstracción de la comunicación como forma social, apoyándose en la derivación de la comunicación realizada por Bolaño (2000) y encontrando su “negatividad immanente” en diferentes momentos. En la tercera parte, desde la crítica al capitalismo financiero (Paulani, 2009), se aborda el paso de la Industria Cultural a la world wide web, centrándose en las tres categorías de plataformas digitales (Srnicek, 2017, 2019) y evaluando las necesidad relativa de autonomización de la información.

Palabras clave: plataformas digitales; forma social de comunicación; crisis; autonomización de la información; economía política de la comunicación.

DIGITAL PLATFORMS, AUTONOMIZATION OF INFORMATION AND CRISIS

The immanent negativity of the social form of communication in the financial capitalism

Abstract

The present article is a contribution to the perspectives that evaluate from the Political Economy of Communication the passage of the Cultural Industry to the World Wide Web, by proposing the observation of the crisis already in the most abstract plane of analysis, to then develop interpretations of the digital platforms. At first, the Marxian concept of crisis is exposed, according to the elaboration of Jorge Grespan (2012), also pointing to the points in which it appears in Bolaño (2015, 2000). Subsequently, the definition of crisis is incorporated into the foreground of abstraction of communication as a social form, relying on the derivation of communication produced by Bolaño (2000) and finding its “immanent negativity” at different moments. In the third part, from the critique of financial capitalism (Paulani, 2009), the passage from the Cultural Industry to the World Wide Web is approached, focusing on the three categories of digital platforms (Srnicek, 2017, 2019) and evaluating in them the relative need for information autonomization.

Keywords: digital platforms; social form of communication; crisis; autonomization of information; political economy of communication.



AVATARES de la comunicación y la cultura N° 24
(Diciembre 2022) ISSN 1853-5925

REVISTA DE LA CARRERA DE CIENCIAS DE LA COMUNICACIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES – UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES



1) Apresentação

A obra de César Bolaño consolida um conjunto de perspectivas conceituais e metodológicas que vieram a constituir a EPC pelo prisma da Crítica da Economia Política. Nesse sentido, Bolaño e Bastos (2020, p.177-178) trazem a seguinte definição:

Podemos definir a EPC, seguindo a melhor tradição da economia política marxista, como o estudo das relações de produção capitalistas relativas à estrutura dos sistemas de mediação social, tendo por pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas. Em outros termos, trata-se em essência da ampliação do ferramental crítico da crítica da economia política para a compreensão das estruturas de mediação social características do modo de produção capitalista, especialmente aquelas desenvolvidas a partir das transformações sistêmicas que se traduziram na constituição do chamado capitalismo monopolista, na virada do século XX.

A efetiva formulação de uma teoria marxista da comunicação só foi possível com a apreensão por Bolaño (2015) do “método da derivação das formas”, cuja origem remonta à Alemanha, durante as crises dos anos 1970 após duas décadas de reconstrução e crescimento “milagroso”. Naquele momento, o início do debate derivacionista foi exatamente uma crítica à ilusão social-democrata com a capacidade do Estado em mitigar ou resolver contradições próprias ao capitalismo. O debate promoveu o retorno às categorias da crítica marxiana à economia política para derivar o Estado a partir do próprio capital, não assumindo-as como isoladamente econômicas, mas como *formas sociais*. Assim, o Estado passa a ser entendido como a forma política do capital, particularizando-a em funções próprias ao nível formal do Estado. Portanto, em vez de ser entendido como instância que resolve ou esteriliza as contradições do capital, dissolvendo a possibilidade de irrupção de crises, o Estado deveria ser entendido como parte de um modo de produção no qual a crise é imanente.

Nesse sentido, o presente artigo é uma contribuição às perspectivas que avaliam a passagem da Indústria Cultural para a rede mundial de computadores a partir da EPC, ao propor inicialmente especulações sobre a crise já no plano mais abstrato de análise, para em seguida desenvolvermos interpretações do contexto contemporâneo das Comunicações, em que as plataformas digitais se configuram como um elemento decisivo. Para isso, dividimos o artigo em três partes, além desta apresentação. Num primeiro momento, exporemos o conceito marxiano de crise, conforme a elaboração de Jorge Grespan (2012), apontando também para os pontos em que ele aparece em Bolaño (2015, 2000). Na sequência, incorporaremos a definição de crise no primeiro plano de abstração da comunicação como forma social, apoiando-nos na derivação da comunicação produzida por Bolaño (2000) e encontrando em seus diferentes momentos sua “negatividade imanente”. Na terceira parte, abordaremos, num plano mais concreto de análise, a passagem da Indústria Cultural para a rede mundial de computadores segundo o modelo de crise sugerido.

2) Crise como negatividade imanente

Em seu livro sobre “o negativo do capital”, Jorge Grespan se propõe a reconstituir o conceito de crise acompanhando a par e passo o texto da obra clássica de Marx (2017a, 2014, 2017b), observada não em um momento ou trecho em particular, mas na totalidade de sua exposição. Assim, o conceito de crise é reconhecido como a “negatividade imanente ao capital, enquanto manifestação de uma contradição constitutiva do capital” (Grespan, 2012, p. 27).

Segundo Grespan, a quem passamos a glosar, a imanência do trabalho conceitual de Marx sobre a crise nos propõe pelo menos duas determinações essenciais. Na primeira, a “negatividade imanente” expõe a crise como a “manifestação privilegiada da autonegação do capital”. Ou seja, é preciso acompanhar “(...) a dimensão em que a negatividade do capital aparece enquanto crise e também a forma que esta última adota para compor movimentos em direções determinadas e em períodos circunscritos” (Grespan, 2012, p. 28).

Na segunda, a apresentação dialética da crise dá à exposição marxiana seu caráter crítico, visto que os limites do capitalismo não são apontados como algo exterior a que se lança um juízo moral, mas como os limites imanentes do “desenvolvimento de suas potencialidades” e “a exposição de suas contradições fundamentais nos processos que ele realiza” (Grespan, 2012, p. 28). Como esses processos ocultam e transfiguram as contradições do capital, em vez de as mostrarem explicitamente, a passagem do abstrato ao concreto da dialética de Marx se mostra como a exposição crítica dos diversos níveis de articulação entre a essência própria às relações sociais e a aparência que elas assumem.

Grespan (2012) lembra que o projeto original de Marx (de 1857) contemplava um capítulo dedicado à crise, mas que a mudança dos planos e sua realização alterou o caráter sintético com que o tema seria tratado. Contudo, em vez de dispersão, o que se tem nos três livros de *O Capital* é o *tratamento lógico* do tema. Enquanto no projeto original a crise a ser exposta era o resultado final do alastramento do capital como mercado mundial, na realização do projeto a crise é exposta como o “correspondente negativo do capital”. Em seu desenvolvimento, o edifício teórico de Marx leva em conta a crise como momento de cada etapa de expansão, histórica e sistemática, ou seja, “como o negativo do impulso expansivo do capital”. Por isso, afirma Grespan que “(...) uma reconstituição dos momentos lógicos pelos quais o capital se determina como este processo expansivo e totalizante deva ser também uma reconstituição dos momentos lógicos de sua autonegação” (idem, p. 33).

Lembra Grespan que:

[o] projeto marxiano de apresentação (...) depende de que se apreenda o “fundamento” da economia capitalista –o valor e o capital enquanto valor que se valoriza– como algo contraditório, gerando daí um processo pelo qual a contradição se “desenvolve” para abarcar o conjunto das relações econômicas como uma totalidade na qual cada forma se liga à outra enquanto “forma de manifestação” da contradição todo-abrangente (idem, p. 33)

Nesse sentido, é preciso caracterizar o conteúdo da crise, visando superar as antinomias do extenso debate no marxismo em torno da *necessidade* ou *possibilidade* dos ciclos e

tendências do capital. Para Grespan, trata-se de reconhecer “(...) a capacidade que as determinações autonegadoras do capital têm de se tornarem efetivas” (idem, p. 30). Se a crise fosse a única necessidade do capital, absoluta, portanto, o capital seria um sistema que se desenvolveria como uma sucessão ininterrupta de crises. Para demonstrar a limitação dessa premissa, Grespan (2012) movimentava o aparato teórico das categorias modais e define a crise como uma “necessidade relativa”: uma necessidade que dependeria de outros fatores para efetuar a passagem de potência a ato. O autor, portanto, não segue a linha que vê no capital um sistema de que se desenvolve de crise em crise, mas tampouco aceita o argumento econômico ortodoxo de que o capital seria um modo de produção baseado na alocação racional de recursos e na coordenação social através do sistema de preços, o que garantiria sua estabilidade e progressivo desenvolvimento de ciclos em ciclos de crescimento, com breves interrupções (crise) para reorganizar a produção e voltar aos eixos. O argumento desenvolvido por Grespan é que tanto um como o outro são verdades ou, melhor, são necessidades do capital. Como uma das necessidades não se absolutiza e subsume a outra (não temos nem períodos de crise sem saída e nem períodos de expansão irrestrita), elas não são necessidades absolutas, mas *relativas* uma para com a outra.

|6|

Dessa forma, com o conceito de crise definido como uma *necessidade relativa* do capital, é preciso, segundo o próprio autor, reconhecer os limites da apresentação dialética e incorporar pressupostos históricos para a apreensão do momento no qual a necessidade relativa passa de potência a ato e irrompe uma crise, sempre tendo em mente que, como destaca Grespan (2012, p. 223):

Uma crise pode cumprir a função saneadora de restabelecer as condições para a retomada da acumulação, ou também, até mesmo cumprindo tal função, pode extrapolar este papel positivo e criar condições piores que as anteriores. O que se configura, desta maneira, é uma certa indeterminação quanto à forma geral do movimento que o capital assume necessariamente, embora também necessariamente ele deva sempre se pôr em algum tipo de movimento.

Trata-se da mesma passagem das estratégias metodológicas adotadas por Bolaño (2015). É no caminhar do abstrato ao concreto, reconhecendo a necessidade relativa como substância, que Bolaño (2000) aborda capital, Estado e indústria cultural, segundo uma lógica que reconhece a negatividade constitutiva do modo de produção capitalista, a crise. A contribuição específica do autor nesse sentido está no esforço de estabelecer os vínculos entre aqueles três aspectos a partir de uma consideração paciente sobre o debate derivacionista e sobre a teoria da regulação, que são as estratégias metodológicas por ele definidas.

Em dois momentos do “apêndice metodológico” extraído de sua tese, Bolaño (2015) dá atenção ao conceito de crise. Num primeiro momento, ele é essencial para a demonstração do acerto da escola lógica da derivação, particularmente dos berlinenses Blanke, Jürgens e Kastendiek (2017), frente a fragilidade da determinação teórica do Estado nos marcos da escola histórica, em especial de Hirsch (2017), o principal representante dela. Num segundo, uma nota de rodapé em meio à avaliação da teoria da regulação, Bolaño aponta a teoria da crise como essencial na articulação entre a

teorização sobre a estrutura e a análise da dinâmica histórica, ou seja, em linha com o exposto a partir de Grespan (2012).

Segundo a avaliação de Bolaño (2015), a teoria da derivação está interessada fundamentalmente em três aspectos, a partir das exposição de Marx sobre o capital: a) “buscar o princípio de unidade que funda essa separação [das relações sociais que ora se apresentam como econômicas, ora políticas] e, assim, “(...) revelar a essência das relações sociais plasmadas no Estado”; b) “mostrar que as formas aparentes do Estado (...) são formas necessárias de manifestação da essência que, ao mascarar a relação de exploração direta, permitem sua aceitação generalizada como fato natural” e; c) “(...) mostrar o caráter ideológico daquelas teorias (*burguesas*) do Estado que, ao tomar as formas aparentes como essenciais, ajudam a mascarar a verdadeira face do sistema” (Bolaño, 2015, p. 181).

A partir do método da derivação das formas, trata-se de fundar o Estado em seu pressuposto lógico, que é a circulação simples, de onde se depreende a forma-lei como sua condição de existência (a “força coercitiva extraeconômica”) e se reconhece suas condições formais de compatibilidade a partir da relação de igualdade (equivalência) como proprietários livres e privados de mercadorias garantida pelo Estado. Contudo, com a desigualdade de fundo fundamentada pelo próprio capital, se de um lado a força de trabalho se apresenta como a propriedade de um sujeito legal livre, de outro ele é elemento da produção a que deve obedecer em termos econômicos, de maneira que aflora a contradição substancial do capital em sua expressão política. “Com isso, ao invés de depender de uma teoria econômica da crise (como Hirsch) para a derivação do Estado, Blanke, Jürgens e Kastendiek podem oferecer uma contribuição ao traçado dessa teoria, ao demonstrar que o Estado é uma instância crítica” (Bolaño, 2015, p. 187).

Bolaño (2015) finaliza a discussão recorrendo a Ruy Fausto (1987) e Elmar Altvater (2017) para mostrar a necessidade do Estado como forma política do capital, o que escapou ao trabalho dos berlinenses da escola lógica da derivação. A necessidade se fundamenta nos princípios de interversão (contradição) do Estado como forma (a posição da lei de sujeitos livres como expressão/negação/transgressão de seu contrário, a desigualdade de classes), o que é mais um elemento da crise – tanto mais por meio de sua apresentação como força material ou policial. A partir de Altvater, Bolaño (2015) retoma Blanke, Jürgens e Kastendiek (2017) e formula dois conjuntos de funções da forma Estado, a saber: a) regulação da concorrência entre capitais individuais; e b) a regulação da relação capital/trabalho. Também nesse nível das funções, a crise se mostra presente, pela possibilidade de incompatibilidade entre as funções. De qualquer modo, é a partir daqui que o autor sente a necessidade de articular num nível teórico a derivação e a regulação.

A partir daí, Bolaño (2015) mobiliza o debate sobre as mediações entre as determinações sobre a lógica do capital e as sobre a concorrência, entre as determinações abstratas e o processo histórico. Numa nota de rodapé, Bolaño chega ao seguinte:

Só ela [a teoria da crise], a meu ver, permite uma articulação vertical e horizontal entre os determinantes teóricos da mudança estrutural e destes com a análise do

proceso histórico. Isso porque a teoria marxista da crise deve basear-se justamente no caráter contraditório do capitalismo, que se apresenta em todos os níveis de abstração, desde aquele em que se define a forma mercadoria até aquele da análise dos processos mais concretos de ruptura de um determinado modo de regulação. (...) Mas, a teoria marxista da crise não se limita a isso. Ela permite também a integração, num mesmo corpo teórico, das diferentes formas da dinâmica (Bolaño, 2015, p. 207-8).

Recorrendo mais uma vez a Altvater (2017), Bolaño reafirma a teoria da crise como aquela que reconhece a emergência das contradições da sociedade burguesa em movimento e o imperativo de sua regulação, fugindo de uma compreensão cíclica e passando a uma observação crítica da contradição em movimento.

Assim, conclui ele que “a economia e a política são sempre dinâmicas e as situações de estabilidade podem ser definidas como momentos de transição para a crise” (Bolaño, 2000, p. 254), o que implica na necessidade de se estudar e analisar regulação e crise como dois momentos de uma mesma dinâmica concorrencial entre os vários capitais e, por sua vez, expansiva da forma capital em geral. Veremos a seguir como esta característica define a comunicação com forma social, desde um nível mais abstrato até um plano mais concreto.

|8|

3) Comunicação como forma social e crise

Passaremos a acompanhar a derivação promovida por Bolaño (2000), observando em alguns de seus aspectos contradições constitutivas de cada momento e na passagem entre eles. Assim, no primeiro momento de particularização da forma-comunicação, Bolaño (2000) põe proprietários formalmente livres num processo de compra e venda. O pressuposto é a forma da lei e os sujeitos livres, que são a manifestação de necessidade da força de coerção extraeconômica para o capital. Porém, ao mesmo tempo em que essa particularização se atenta para o processo comunicativo entre os sujeitos proprietários, a exposição deixa explícita seu “pressuposto antropológico que fundamenta a contradição básica da forma mercadoria dos produtos do trabalho humano”:

A troca de mercadorias constitui um processo comunicativo entre proprietários privados que ultrapassa a mera relação econômica que o motiva. A aparência fantasmagórica de uma relação entre mercadorias, para usar a feliz imagem de Marx, reduz essa relação a uma relação impessoal em que os agentes da troca se reduzem a meros suportes (*Trägers*), autômatos programados para fazer funcionar o mecanismo da circulação de mercadorias. Mas essa aparência apenas encobre uma relação complexa entre seres humanos que procuram, por meio daquele ato, satisfazer necessidades humanas concretas que não poderiam ser satisfeitas pela produção independente de um único produto isolado (Bolaño, 2000, p. 30).

Enfim, “(...) a relação que se estabelece entre dois proprietários de mercadorias que se defrontam no mercado constitui ato de comunicação completo” (idem, p. 32-3). É da necessidade da norma social que se depreende um tipo específico de informação como pressuposto da relação mercantil; a relação econômica de compra e venda, por esse

prisma, se dá por meio de uma “informação própria da relação mercantil” como “informação objetiva”. Segundo Bolaño (2000), o momento contraditório dessa informação, que passa a ser formulada segundo o argumento de Habermas sobre uma ação comunicativa perfeita (a relação intersubjetiva que desemboca num acordo ou consenso mediado pela linguagem), é o da possibilidade da não-verdade, o que já configura a possibilidade de manipulação da informação pela publicidade.

A não-verdade, pressuposta neste plano mais abstrato, será posta de fato num plano mais concreto, quando a função publicidade está particularizada. De qualquer modo, importa averiguar desde já a possibilidade que esse ato comunicativo completo seja atravancado ou inviabilizado, desde seu nível mais formal até seu nível mais concreto. Diante do caráter direto e objetivo da comunicação nesse plano de análise e a possibilidade que ela não se complete, que frustraria o processo, a não-verdade ironicamente se mostra como um recurso possível para a consolidação do ato comunicativo completo.

Tome-se, num exemplo genérico, o diálogo entre dois possuidores de mercadorias num ato de troca em que, num dado instante, o possuidor A interpela o possuidor B com uma questão que, respondida em desacordo com o esperado, interrompe o processo da troca. A interdição da unidade contraditória entre compra e venda, que é, num plano abstrato de análise, um momento da crise segundo Grespan (2012), acaba por se expressar sob a forma de um ato comunicativo interrompido pela frustração de uma das partes com a resposta recebida. Isso coloca a crise em potência, o que se resolve exatamente com a não-verdade pressuposta.

Se, por um lado, numa perspectiva do capital em geral, o decisivo é que a informação circule a fim de que a própria circulação de mercadorias funcione, numa perspectiva do capital individual, o decisivo é que a mercadoria em particular siga sua metamorfose (ou seja, se configure como valor de uso para um outro e se complete como valor de troca em sua forma de valor, o dinheiro). Assim, o Estado, como expressão do capital em geral, pressupõe um fluxo de informações sem barreiras, enquanto os capitais individuais lidam com esse pressuposto no plano da concorrência, ora corroborando-o, ora burlando-o. Contudo, observe-se que, também com relação ao Estado, assim como a informação própria à circulação de mercadorias pressupõe a ausência de barreiras (postas, por outro lado, no plano da concorrência), a informação própria ao âmbito do político pode também ser motivo de interdições e burla. Ou seja, neste plano de análise, não-verdade e interdição podem ser perfeitamente funcionais.

Seu fundamento se encontra num plano mais abstrato, aquele do terreno oculto da produção, em que capitalista e trabalhador se encontram numa relação de dominação, quando a informação segue um fluxo hierarquizado de controle, de maneira que aquela que caminha de cima para baixo tem características distintas daquela que segue de baixo para cima. Neste plano, a não-verdade é uma prerrogativa do capitalista em sua relação de comunicação no terreno oculto da produção, assim como ele controla o fluxo de informação oriundo do trabalhador, podendo interdita-lo quando lhe convém, bem como tenta evitar que o trabalhador também faça uso da não-verdade, o que perfeitamente factível.

Os trabalhadores, naquele plano de análise em que se encontram organizados segundo o caráter cooperativo da produção, trocam informações segundo um princípio horizontalizado, gerando conhecimentos capazes de melhorias no processo produtivo em diversos de seus aspectos. Aí, a informação finalmente se põe como um insumo econômico (a mercadoria-informação), conforme Bolaño (2000). Como detentor dos meios de produção e a partir da relação salarial de trabalho, o capitalista, além do produto do trabalho, também se apropria do conhecimento gerado. Ou seja, a perspectiva de classes se faz presente: enquanto os trabalhadores se encontram, como produtor coletivo, vendendo sua força de trabalho, os capitalistas se apropriam privadamente do conhecimento produzido no processo. Assim, se valendo dos preceitos desdobrados da “acumulação primitiva de conhecimento” (Bolaño, 2000), o capitalista opera as contradições entre a informação tornada segredo e a informação disponível para compra, a fim de extrair dela as melhores condições para seus negócios. Ou seja, a informação ora é escondida, ora circula plenamente, ora é falsificada.

Segundo Bolaño (2000), num plano historicamente mais concreto, a Indústria Cultural, que consolida um sistema voltado para a organização capitalista da mediação social, escamoteia, como informação de massas, seu fundamento como informação de classe. Capaz de produzir audiência por meio da produção comunicativa e cultural que atrai a atenção do público, a Indústria Cultural viabiliza um setor que opera as funções publicidade e propaganda¹. Como informação de massa, possui necessariamente a aparência de liberdade, mesmo que seu fundamento seja justamente seu caráter de classe. Nesses termos, tanto as contradições entre função publicidade e função propaganda, quanto aquela entre a liberdade aparente e sua fundação na dominação, foram motivo de processos de regulação que, com o desenrolar histórico, desembocaram em crises. Bolaño observa que:

Esse movimento regulação-criese-regulação ocorre, em âmbito mundial, no caso da Indústria Cultural, há um século aproximadamente, caracterizando-se por uma tendência de articulação de três lógicas sociais (da publicidade, da propaganda e da produção cultural) em que a última é subsumida nas outras (fato natural se lembrarmos, com Bourdieu, que os detentores do capital simbólico são a fração dominada da classe dominante) e, mais importante, a primeira vai tornando-se progressivamente hegemônica em relação à segunda, confirmando a tese dos mais argutos teóricos críticos do capitalismo sobre o caráter expansivo da lógica do capital. (Bolaño, 2000, p. 264-5).

Portanto, quando Bolaño fala sobre uma cada vez maior hegemonização da função publicidade, podemos ponderar essa afirmação observando que ela está de acordo com o caráter expansivo do capital, tanto se observado pelo prisma do aumento da composição orgânica quanto do domínio espacial do globo, mas, se considerado o Estado ou os vários Estados em concorrência (como foi feito, por exemplo, em Bernardi, 2022), em

¹ Enquanto a função publicidade, mais ligada aos capitais individuais, serve, no âmbito próprio da concorrência, às necessidades de circulação de mercadorias, ainda que isso tenha um caráter ideológico, no sentido de conformar um modo capitalista de vida (e consumo), a função propaganda é operada pela Indústria Cultural como meio de coesão social, sendo mais relacionada com o Estado e, portanto, à dimensão propriamente ideológica.

momentos de crise aguda, a função propaganda deixa de estar latente e se torna algo explícita, como o próprio Bolaño (2022) elaborou recentemente a respeito da guerra entre Rússia e Ucrânia. De todo modo, se observada a dinâmica do modo de produção capitalista e suas formas sociais, podemos reconhecer que ao desenvolvimento das forças produtivas correspondem cada vez mais elaborados e sofisticados sistemas de comunicação e transporte. Assim, em momentos de passagens históricas entre crise-regulação-crise, as reconfigurações e reorganizações do próprio capital implicam em mudanças (não sem atritos) do Estado e da forma social da comunicação.

Desse modo, quando Bolaño aponta para a configuração do capital monopolista, do Estado e da Indústria Cultural, a observação da dinâmica contraditória do processo histórico nos permite observar que as crises irrompidas provocaram ajustes violentos em outras formas sociais, seja para mitigar contradições (como no caso do direito social) ou para assegurar novas bases para um renovado ciclo, mesmo que desmedido, de acumulação capitalista (por ex., o desenvolvimento de uma cultura adequada ao capitalismo, que possibilitasse, via consumo, a inclusão de uma parcela da classe trabalhadora no compartilhamento da riqueza socialmente produzida). Uma observação da crise pela via da escola da regulação se tornaria algo como uma recorrente análise de ciclos sucessivos e infinitos de ajuste e desajuste. Se observada como um momento lógico constitutivo do próprio capital em seu movimento de progressiva subsunção do trabalho, a crise e os bruscos ajustes teriam que incorporar a dinâmica de um modo de produção que se expande, corrói sua base e torna, dessa forma, as crises cada vez mais recorrentes e fáceis de irromper. Por isso, contraditoriamente, a esse movimento podemos correlacionar uma função cada vez mais complexa de coesão social e cultural, seja ela pela via do Estado ou da Indústria Cultural.

[11]

Por isso, propomos a seguir uma avaliação das plataformas digitais que reconheçam-nas como momentos concretos da necessidade relativa da crise imanente à forma social de comunicação.

4) Plataformas como expressão de crise e regulação

A crise de 2008 tem sido avaliada por diferentes autores como epifenômeno de um processo de duração mais longa, que se desdobra desde os anos 1970 e cujos marcos temporais precisos, suas razões e resultados variam de acordo com a interpretação elaborada. Dentre elas, a de François Chesnais (1996, 1998), da escola regulacionista francesa, bastante relevante, como vimos, para a elaboração da EPC, desenvolve uma perspectiva segundo a qual a financeirização teria promovido um conjunto de mudanças fundamentais no capitalismo. Esse processo seria descrito como um “regime de acumulação com dominância financeira”, cujo “modo de regulação” é o neoliberal. Tal dinâmica substituiria o anterior “regime de acumulação fordista”, operando com um “modo de regulação” keynesiano.

Grespan (2020), por sua vez, reconhece a relevância da abordagem regulacionista desdobrada a partir de Chesnais sobre a crise, adicionando outras interpretações, como a de Wolfgang Streeck (2012, 2016) e Elmar Altvater (2010), para os quais os limites do capital se encontrariam no esgarçamento da representação política e do meio ambiente,

respectivamente. Contudo, Grespan (2020) aponta que essas explicações terminam por recair na armadilha do que chama de “exagero modal”, ou seja, tomar, *ex post*, uma necessidade relativa como se absoluta fosse. No caso em tela, a financeirização, que se mostrou como um ponto característico da atualidade do capitalismo, seria reconhecida como uma linha de desenvolvimento inexorável do modo de produção. Ademais, dinâmicas como a crise de representação e a crise do meio ambiente necessariamente desembocariam no colapso do capitalismo. O modelo proposto por esses autores, demonstra, para Grespan, uma dificuldade em lidar com o caráter modal da crise, ou seja, sua necessidade *relativa*.

A despeito da crítica ao modelo proposto por Chesnais, Grespan reconhece que as características centrais apresentadas do “regime de acumulação com dominância financeira” correspondem à dinâmica contemporânea do capital. Ou seja, trata-se, de fato, de compreender os fundamentos da financeirização nos marcos daquela negatividade imanente do capital e, em sua necessidade relativa, apontar as contradições em jogo em nossa época.

Assim, a fim de delimitar aspectos centrais da crise em sua atualidade, seguimos a síntese de Paulani (2009), para quem os acontecimentos em torno de 2008 seriam, de fato, a crise do regime de acumulação com dominância financeira. Paulani (2009, p. 27) afirma que falar de financeirização implica numa análise qualitativa e não quantitativa, visto que

(...) as instituições que se especializaram na “acumulação pela via da finança” (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimentos, fundos de hedge) tornaram-se, por meio dos mercados bursáteis, proprietárias dos grupos empresariais mais importantes em nível global e impuseram à própria acumulação de capital produtivo uma dinâmica orientada por um móvel externo, qual seja a maximização do “valor acionário”.

Devemos reconhecer que os imperativos da lógica financeira, ao se sobreporem à produção de renda e riqueza, estão diretamente relacionados ao processo histórico que coloca informação, comunicação e cultura no centro do modo de produção capitalista. Na linha sugerida por Grespan (2012, 2020), essa centralidade precisa ser entendida como uma necessidade relativa. A perspectiva de análise adotada por Ruy Sardinha Lopes (2008) ajuda a explicar esse aspecto, como veremos.

De acordo com os apontamentos feitos acima, a informação se põe como mercadoria naquele momento próprio ao trabalho em sua dimensão cooperativa. Portanto, a informação resulta como um insumo econômico a partir de um efeito colateral do processo produtivo, ou seja, não foi produzida mediante um trabalho a ela dedicado. De qualquer modo, se no plano mais aparente da dinâmica do capital, o capital fictício, sob a forma de “valor acionário”, se torna aquele aspecto, mesmo que externo, que orienta a “acumulação de capital produtivo”, para usar os termos de Paulani (2009), devemos nos perguntar como isso se mostra no plano propriamente essencial da produção, ou seja, no “terreno oculto da produção”.

Tais processos, que correspondem à dinâmica de “autonomização das formas verdadeiramente sociais” (Paulani, 2011), rebatem no processo produtivo, entre outros aspectos, na medida em que a informação, entendida nesse plano como uma resultante colateral, de algum modo se sobrepõe à produção, sem, contudo, efetivamente deslocá-la. Ou seja, aquela centralidade de informação, comunicação e cultura é, nesse sentido, expressão da dominância financeira, que é a expressão historicamente concreta da autonomização das formas verdadeiramente sociais. A contradição elementar entre valor de uso e valor, entre produção concreta material e produção abstrata de valor, ao apontar já no plano mais abstrato para uma necessidade relativa da autonomização da forma do valor, também apontava para uma necessidade relativa da autonomização da informação. Pressuposta assim em potência, ela se torna ato no conjunto histórico de contradições dos ditos “anos dourados” do capitalismo pós-guerra.

As plataformas digitais, se analisadas a partir desta abordagem, mostram-se como figuras da crise. Por exemplo, para Srnicek (2017), estudioso da plataformização, esse fenômeno corresponde a uma reestruturação do capitalismo após sua crise, na linha das análises de Brenner (2006). Para avaliá-la, apontou originalmente uma divisão das plataformas digitais em cinco categorias (publicidade, nuvem, industrial, produto e *lean*), reduzindo-as, posteriormente, a três (Srnicek, 2019): plataformas de nuvem, de *lean* e de publicidade. Trata-se de uma categorização bastante superficial, mas que nos será útil justamente para tensioná-las no sentido da “negatividade imanente” exposta acima. Assim, faremos alguns apontamentos sobre essas três categorias a fim de avaliar a autonomização da informação como figura da crise. Se, na cronologia que Srnicek (2017) segue, as plataformas de publicidade precedem aquelas de nuvem, no sentido lógico que pretendemos expor, as plataformas de nuvem funcionam como a fundação expositiva.

As plataformas de nuvem são entendidas por Srnicek (2017) como aquelas que consolidaram a plataformização como modelo de negócios. Detentoras de hardwares e softwares que viabilizam os negócios digitais, os operam como serviço disponível a partir de um aluguel, ou seja, acesso pago regularmente. Segundo Srnicek (2017), as plataformas de nuvem centralizam a dinâmica de dados de qualquer negócio, digitais ou não. Para a proprietária da plataforma, a informação não é meio, mas fim. Nesse sentido, entendemos que a informação está autonomizada, por isso é essencial observá-la antes como princípio lógico de época. Já não se trata de um efeito colateral do processo produtivo, que a ele retorna como insumo, nem algo que funciona como meio para a extração de dados do usuário como produção de audiência, mas a própria finalidade do negócio. À medida em que as plataformas em nuvem se constituem como centrais na economia contemporânea, justamente por viabilizarem as dinâmicas da financeirização, de que são uma expressão, elas se sobrepõe ao processo produtivo, naquele sentido qualitativo apontado por Paulani (2009) para a “dominância financeira”.

Contudo, essa sobreposição não substitui a produção de valor, mas, de fato, a põe num sentido fictício. Esse processo tem causado muita dificuldade teórica em torno da categoria trabalho. Estudando o valor da informação, Lopes (2008, p. 91) observa “a perda de adequação entre a matéria viva e o processo de valorização”, dissipando muitas das confusões que perduram sobre a natureza do trabalho em sua relação com a

informação no quadrante histórico em que nos encontramos. A perda de adequação exposta por Lopes (2008), nos termos da autonomização da informação, não é uma necessidade absoluta que põe o fim do capitalismo, mas um desdobrar de suas necessidades relativas, uma realização de aspectos próprios das contradições do valor. Ou seja, as “plataformas de nuvem”, conforme categorização de Srnicek (2017), são a concretização da autonomia da informação como uma necessidade relativa posta pela financeirização e, nesse sentido, plenamente compatível com a “negatividade imanente” do capital.

Avaliar o que Srnicek (2017) chama de “plataformas de *lean*” coloca elementos para compreensão mais adequada dessa necessidade relativa. O termo *lean* se refere basicamente ao método de gerenciamento da produção cuja finalidade era torná-la mais enxuta, ou seja, um eufemismo para toda sorte de mecanismos de exploração do trabalho por ajustamentos da produtividade por meio do aumento da intensidade, desregulamentação (e terceirização) do trabalho e substituição de força humana de trabalho por tecnologias. Nesse processo, as tecnologias de informação e comunicação cumprem papel decisivo. Particularmente no que tange às plataformas, elas são entendidas por Srnicek (2017) segundo o método enxuto (*lean*) porque não dispõem dos meios de produção específicos de seus negócios (o Uber não possui carros, o Airbnb não possui dormitórios etc.). Portanto, elas operam a mediação entre clientes e trabalhadores, num estranho processo em que deter a plataforma capaz de concentrar dados desobriga a propriedade de meios de produção. Aparentemente, nos termos anteriores, a informação se autonomizou de tal modo que ela, como expressão da financeirização, se sobrepôs ao processo produtivo propriamente dito.

|14|

Corroborar esse argumento o fato das grandes plataformas de *lean* serem, segundo Srnicek (2017), uma espécie de retorno aos marcos iniciais das empresas ponto.com, absurdamente encharcadas de capital fictício, mas incapazes de gerar lucros. Isso não implica em dizer que há um conjunto significativo de trabalho sendo explorado nesse processo, produzindo valor e mais-valor. Porém, à medida em que a autonomização da informação põe o processo de sobreposição da informação sobre a produção, ela se torna meio de extração de renda, numa contraditória e aparente posição de superioridade ao processo produtivo ele mesmo. Essa dinâmica em que a informação serve de mediação para dinâmicas de valorização do valor, mas ela mesma não é objeto de produção, é um desdobramento distorcido daquele plano em que a informação se mostra como um insumo econômico enquanto um efeito colateral. Ao se sobrepôr ao processo produtivo, não sendo ela mesma objeto de produção, a informação, nesse plano de análise das plataformas, mostra a necessidade relativa da dinâmica especificamente produtiva de informação.

É nesse sentido que devemos ir até o reino em que se constituiu um sistema específico de produção de informação, onde ela é resultado de trabalho e possui valor. Podemos observar aí o que Srnicek (2017) chama de plataformas de publicidade, que correspondem ao primeiro momento de construção de um modelo de negócios próprio à economia digital. A nosso ver, elas desdobram para a rede mundial de computadores o modelo de financiamento consolidado no principal mercado da Indústria Cultural, que é o da radiodifusão (principalmente o de televisão), baseado na venda de espaço de

anúncio publicitário cujo preço se define pela audiência. A operação desenvolvida pelo que Srnicek (2017) chama de plataforma de publicidade se baseia na extração de dados dos usuários da plataforma, trabalhados como um conjunto de informações de interesse que são vendidas para o mercado de anunciantes, que terão seu anúncio exposto para o usuário na plataforma. Classificá-las como plataformas de publicidade reconhece a ponta do processo relativa ao artigo comercializado pelas corporações, mas deixa em aberto sua contradição com a relação estabelecida com os usuários e entre eles. Essa ponta em aberto enseja até hoje discussões sobre o caráter do assim chamado “trabalho digital”.

Entendemos, porém, que uma abordagem do problema a partir da obra de Bolaño (2000) favorece uma compreensão crítica do tema. Trata-se de observar essa categoria de plataforma esboçada por Srnicek (2017) segundo as dinâmicas de função publicidade, função programa e padrão tecno-estético já elaboradas por Bolaño (2000), com a adição da lógica da interação (cf. Figueiredo e Bolaño, 2017). Elas permitem avaliar o desdobramento do duplo caráter da mercadoria própria à Indústria Cultural, a audiência, na dinâmica singular da rede mundial de computadores. Trata-se da oferta de um produto capaz de atrair a atenção, a partir da qual se abstrai a audiência enquanto sua elaboração algébrica e que será vendida no mercado de anunciantes. Ou seja, o trabalho cultural é aquele que produz, ao mesmo tempo, o programa e a audiência.

À medida em que, dentre essas plataformas de publicidade, encontram-se principalmente aquelas especializadas em viabilizar a constituição digital de redes sociais, a equivocada perspectiva clássica de que seriam os próprios usuários que estariam produzindo a audiência voltou à tona, postulando um conjunto significativo de expectativas analíticas sobre o assim chamado “trabalho digital”. Essa lógica já foi bem criticada por Bolaño e Vieira (2014), em polêmica com Christian Fuchs. O próprio Srnicek (2022), recentemente, também produziu uma crítica a essa noção do trabalho do usuário de rede, tomando o caminho analítico da renda como modo de operação do capital nesse ambiente. Rodrigo Moreno Marques (2018), a seu modo e anteriormente, segue caminho análogo. Para nós, cumpre destacar apenas que o funcionamento da autonomização da informação causa todo o tipo de confusão sobre o trabalho aqui também. A rigor, o importante é avaliar o motivo da forma cultural do programa midiático ser, de certo modo, contrastada com a forma das redes sociais digitais. Reconhecemos que esse contraste é, como expressão da contradição imanente da informação, uma figura da crise.

Num plano concreto de análise, a contradição estava justamente na alta concentração dos meios de produção nos monopólios midiáticos e no crescimento exponencial do público. A conjunção entre produção cultural, capaz de atrair atenção, visando a produção da audiência como mercadoria, é tensionada justamente pelas transformações nas fronteiras nacionais e, ao mesmo tempo, a viabilização de mercados cada vez mais singularizados. A necessidade de produção de audiências ainda mais detalhadas se sobrepõe à produção de audiências massivas e se atrela a uma necessidade cada vez maior de atração de atenção, com expansão do público. Ou seja, a expansão do capital, construindo novos mercados, mais especializados, sob a base da corrosão dos

fundamentos da exploração do trabalho, põe concretamente as contradições substanciais da informação num limite.

Como vimos, naquele plano substancial de análise, a informação direta e objetiva trocada entre possuidores de mercadorias formalmente livres e iguais visa transformar a mercadoria num valor de uso para um outro, a fim de realizar o valor de troca. A inviabilidade da troca de informações diretas e objetivas poderia ser, por sua vez, um limite para a própria realização do valor de troca, o que põe a hipótese da necessidade relativa da não-verdade. Essa substância da informação, quando intervertida naquele plano de análise em que a Indústria Cultural se põe como instância de realização da forma social da comunicação, encontra um problema, que é o do contraste entre a heterogeneidade do público e a singularidade da informação atrelada à mercadoria. Também nesse plano, a não-verdade se fez presente, como foi possível avaliar acima.

A expansão e diversificação do público, resultante da expansão de mercados, desemboca numa expansão e diversificação da informação, que entra em contraste com o modelo massificado e de baixa diversificação do público. Essa diversificação do público como expressão da diversificação de mercados vai redundar na necessidade de diversificação da audiência. Esta, por sua vez, exige novos instrumentos para sua produção. No contexto das plataformas, o que garantiu as condições mais eficientes foi o da interação do público por meio de redes sociais produzidas em meios digitais. Aparentemente, a produção de informação, também aqui, meramente sucumbe à autonomia da informação.

Esta análise, porém, não pode ser entendida como uma necessidade absoluta, que suplanta a produção cultural do programa como uma função tal qual a Indústria Cultural havia elaborado ao longo do século XX. Nesse sentido, a extração de dados aparece não como absoluta, mas como uma parte constitutiva do trabalho produtor de mercadoria-audiência, de maneira que as plataformas usam a capacidade de controlar esse processo produtivo como instrumento concorrencial no mercado de anunciantes. Que o caminho da informação autonomizada tenha se colocado como central nesse campo originário dos negócios na internet se explica pelo aspecto destacado acima quando da abordagem das plataformas de nuvem como correspondente lógico da predominância financeira. Contudo, as plataformas que operam segundo a dinâmica da publicidade cada vez mais sofisticam sua operação da função programa, incorporando progressivamente aspectos das formas clássicas elaboradas pelas grandes corporações da produção audiovisual, em conjunto com alguma dinâmica de interação - veja-se, por exemplo, YouTube, Twitch ou mesmo Tik Tok. Assim, as contradições elementares entre produção cultural e publicidade se repõem num nível em princípio mais estável do que nos momentos de irrupção das redes e a informação não se mostra mais meramente como expressão da financeirização, mas como resultado de um processo produtivo específico, adequando aquele duplo caráter da mercadoria-audiência descrito por Bolaño (2000) para as especificidades da rede, cujo trabalho é próprio a este terreno produtivo e não pode, de modo algum, se confundir com a atividade do usuário de rede. Enfim, se é verdade que a autonomia da informação se faz presente, operando segundo a dinâmica da renda, ao mesmo tempo o trabalho próprio à Indústria Cultural e a conseqüente produção de valor

continuum postos. Entendemos que é essa contradição, posta aqui num plano abstrato, que merece um esforço significativo das investigações do campo da EPC.

Isso nos leva a discutir outro aspecto, aquele da propaganda. Se é verdade que a função propaganda esteve, ao longo do século XX, de diferentes modos submetida ao funcionamento da função publicidade, a discussão sobre a crise de representação como centro da crise do capitalismo recolocou aspectos políticos da comunicação como decisivos. Por exemplo, a discussão sobre a desinformação e as *fake news*. Em muitos casos, as redes sociais foram acusadas de serem um eixo significativo da crise de representação, com seus aspectos técnicos (reduzidos ao fantasma dos algoritmos) denotando o problema central a ser enfrentado. Quer dizer, a desinformação é entendida como uma expressão autonomizada, pela perspectiva da sobreposição técnica dos algoritmos, por isso mesmo deflagradora da crise.

Não se trata de ignorar a posição da desinformação nas contradições contemporâneas, mas de destacar que elas não são nem uma necessidade absoluta do processo de constituição das plataformas, muito menos do capitalismo. Menos ainda a mera expressão autonomizada da técnica. Como vimos acima, a não-verdade é uma necessidade relativa presente já nas contradições constitutivas da comunicação como forma social. Nos aspectos observados da função propaganda, ela sempre foi marcante, de maneira que pode até existir atualmente uma presença maior da desinformação, mas em si mesma ela não representa a marca do processo das plataformas, muito menos uma necessidade absoluta.

|17|

Parece-nos mais correto observar, seguindo os passos de texto anterior (Bastos, *et al.*, 2020), que o momento em que vivemos pode ser bem descrito segundo a imagem hobbesiana do Behemoth, a figura bíblica que, oposta ao Leviatã, expressa o momento da anomia e da guerra civil. Essa figura, retomada por Franz Neumann (2009) para descrever a perspectiva nazi-fascista, funda-se na ideia de que aquele momento de crise liberal implicou não num Estado totalitário, mas no arrefecimento do Estado. Nada mais próximo do neoliberalismo, portanto, que essa figura. Bastos, *et al.* (2020) destacam que, no contexto neoliberal em que o Estado passa a lidar principalmente com as dimensões de violência e controle, reduzido ainda a garantidor dos fluxos financeiros e comerciais, a *função propaganda passa a assumir diretamente as vezes do próprio Estado*. Isso corresponde, no plano da função propaganda, à autonomização da informação correlata à autonomização da forma do valor.

Enfim, em cada caso, a autonomia da informação se põe, sem que, com isso, ela se mostre uma necessidade absoluta e, conseqüentemente, uma marca definitiva do colapso. Melhor tratá-la como uma figura da necessidade relativa de crise e regulação, em suas expressões específicas na comunicação como forma social. Assim, as plataformas digitais, como expressão das contradições da autonomização da informação, se mostram como uma figura da crise, em que as necessidades relativas estão permanentemente em conflito.

Referências bibliográficas

- Altvater, E. (2017). Algunos problemas del intervencionismo de estado. En A. Bonnet y A. Piva (Comp.). *Estado y Capital: El Debate Alemán Sobre la Derivación del Estado* (pp. 241-305). Herramienta.
- Altvater, E. (2010). *O fim do capitalismo como o conhecemos*. Civilização Brasileira.
- Bernardi, G. (2022). *Informação, comunicação e crise do capital: as transformações na divisão do trabalho observadas a partir da Economia Política da Comunicação* (Dissertação de Mestrado). Departamento de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual de Londrina.
- Bastos, M. D., Sousa, R.M., Fusaro, W. C. (2020). Behemoth comunicacional: a crise do Estado e os limites lógicos da forma-comunicação. En M. D. Bastos, C. Figueiredo y A. Santos (Orgs.). *30 anos de Economia Política da Comunicação e o Brasil pós-golpe* (pp. 45-63). Ulepicc-Brasil.
- Blanke, B., Jürgens, U. y Kastendiek, H. (2017). Acerca de la reciente discusión marxista sobre el análisis de la forma y función del estado burgués. Reflexiones sobre la relación entre política y economía. En A. Bonnet, y A. Piva (Comps.). *Estado y Capital: El Debate Alemán Sobre la Derivación del Estado* (pp. 589-655). Herramienta.
- Bolaño, C. R. S. (2015). Apêndice metodológico. En *Campo aberto: para a crítica da epistemologia da comunicação*. Edise.
- Bolaño, C. R. S. (2000). *Indústria cultural, informação e capitalismo*. Hucitec/Pólis.
- Bolaño, C. R. S. (21 de marzo 2022). Ucrânia: imperialismo e guerra da informação. *Outras Palavras*. <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/ucrania-imperialismo-e-guerra-da-informacao/>
- Bolaño, C. R. S. y Vieira, E. S. (2014). Economia política da internet e os sites de redes sociais. *Revista Eptic Online*, (16), pp. 75-88. <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/2168/1947>
- Bolaño, C. R. S. y Bastos, M. D. (2020). Um pensamento materialista em Comunicação. En N. R. Del Bianco y R. S. Lopes (Orgs.). *O campo da comunicação: epistemologia e contribuições* (pp. 165-187). Socicom Livros.
- Brenner, R. (2006). *The Economics of Global Turbulence: The Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn, 1945-2005*. Verso Books.
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. Xamã.
- Chesnais, F. (1998). *A mundialização financeira: gênese, custo e aposta*. Instituto Piaget.
- Fausto, R. (1987). Sobre o Estado. En *Marx: Lógica e Política: Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética* (pp. 287-329). Brasiliense.
- Figueiredo, C. y Bolaño, C. R. S. (2017). Social Media and Algorithms: Configurations of the Lifeworld Colonization by New Media. *International Review of Information Ethics*, (26), pp. 26-38.

- Grespan, J. (2012). *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. Expressão Popular.
- Grespan, J. (2020). História e historiografia das crises. *Revista de História (USP)*, (179). <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/152676>
- Hirsch, J. (2017). El aparato de estado y la reproducción social: elementos de una teoría del estado burgués. Em A. Bonnet y A. Piva (Comp.). *Estado y Capital: El Debate Alemán Sobre la Derivación del Estado* (pp. 509-588). Herramienta.
- Lopes, R. S. (2008). *Informação, Conhecimento e Valor*. Radical Livros.
- Marques, R. M. (2018). Trabalho e valor nas mídias sociais: uma análise sob as lentes do marxismo. *Trabalho & Educação*, 27(3), 111–130. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9784>
- Marx, K. (2017a). *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital*. Boitempo.
- Marx, K. (2014). *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro II: O processo de circulação do capital*. Boitempo. |19]
- Marx, K. (2017b). *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III: O processo global da produção do capital*. Boitempo.
- Neumann, F. (2009). *Behemoth: the structure and practice of national-socialism, 1933-1944*. Nova Iorque: Ivan R. Dee Publisher.
- Paulani, L. (2009). A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos avançados*, (23), pp. 25-39.
- Paulani, L. (2011). A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. *Economia: revista da ANPEC*, (12), pp. 49-70.
- Srnicek, N. (2022). Valor, renda e capitalismo de plataforma. *Fronteiras – estudos midiáticos*, 24(1), pp. 2-13. <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/24920/60749009>
- Srnicek, N. (2019). Imaginar plataformas alternativas: entrevista com Nick Srnicek. *Digilabour*. <https://digilabour.com.br/2019/10/11/srnicek-capitalismo-de-plataforma-mudancas/>
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. Polity Press.
- Streeck, W. (2012). As crises do capitalismo democrático. *Novos estudos CEBRAP*, (92), pp. 35-66.
- Streeck, W. (2016). *How will capitalism end?: Essays on a failing system*. Verso Books.